



DESAFIOS E VIVÊNCIAS COM A MATERNIDADE: HISTÓRIAS DE VIDA ESTUDANTIL DE MULHERES NEGRAS NA UNILAB-BAHIA

Belina Loth Nahana¹
Eliane Costa Santos²

RESUMO

O nosso trabalho se propõe analisarmos discutir as experiências das estudantes mães e seu processo de construção social de maternagem no campus de Malês, da UNILAB. Tendo uma experiência por parte da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), tentando em compreender de que formas as estruturas sociais nos influenciam no nosso dia-a-dia, a partir da experiência como mulher nos espaços universitários, de igual modo pela participação de outras mulheres ocupando esses espaços, é perceptível que a mulher mãe e estudante, essa vivência em suas práticas quotidianas experiências únicas. Sendo que o nosso objetivo é fazer um estudo sobre as mulheres mães universitárias africanas e brasileiras da UNILAB do campus dos Malês-Bahia, olhando a partir das vicissitudes que essas mulheres encaram, no que dizem respeito as questões de desigualdades sociais, raça, e gênero e de classe social, de igual em compreendermos o que é maternidade nos países africanos, em comparação com a sociedade brasileira, e como se estabelecem as relações afetivas por parte dos familiares após o nascimento da filha/filho, e também em compreender sobretudo das políticas públicas estudantis, especificamente provenientes do Programa de Assistência Estudantil (PAE). Para a nossa pesquisa realizamos pesquisa qualitativa e pesquisa bibliográfica, e entrevistas a partir da pesquisa empírica, com as mulheres mães estudantes da UNILAB.

Palavras-chave: Estudantes mães;; maternidade;; Ações afirmativas;; Unilab.

UNILAB, IHL, Discente, belinaloth@gmail.com¹

UNILAB, IHL, Docente, elianecostasantos@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

As Políticas de Assistência Estudantil na educação superior, para Santos (2011), não deve-se ter um olhar negativo para com as estudantes que acabam se tornando mães dentro do espaço universitário, é necessário que haja uma política que possa em garantir-lhes a permanência das estudantes mães que estão inseridas na universidade, em que elas possam ser vistas como um instrumento que buscam superar em diversas formas, em que na qual a cidadania e a educação é obtido. Para Faro, (2008) o Programa de Assistência Estudantil, foi instituído com um programa que tem como objetivo em dar apoio, de forma a garantir a permanência das/dos estudantes que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade sócio-econômica. É um programa de caráter público, pertencendo ao ensino superior, que estabeleceu através das lutas vindas dos movimentos sociais, que a muito tempo discutiam essas pautas, em defesa de ensino gratuita e de qualidade para o bem de toda sociedade, de igual modo também se estabeleceu para os grupos subalternizados historicamente que nunca tiveram a oportunidade de ingressarem no ensino superior, e que muitas das vezes lhes são negadas/dos os seus direitos como cidadão. Sendo assim, para Pereira (2008, p. 96), “a política pública, ela é uma estratégia de qualquer assunto pensada e avaliada e guiada e planejada coletivamente pelos membros do Estados e sociedade trabalham em conjunto”. As políticas públicas tendem a resolverem as demandas sociais de cada indivíduo na sociedade.

A UNILAB foi instituída pela Lei nº 12.289/2010, onde qual possui campus nos Estados da Bahia e do Ceará. Na Bahia o campus está situado na região de São Francisco do Conde, e já no Ceará em Maciço de Baturité, e nas cidades de Acarape e Redenção, onde na qual tem três campuses acadêmicas, das Auroras, da Liberdade e a dos Palmares. De Acordo Souza e Malomalo (2016), abordam de que a UNILAB, a partir das demandas internas e externas entre os países integrantes nessa cooperação de extrema relevância, “as demandas formuladas pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro” (SOUZA e MALOMALO, 2016, p. 259). Dentre elas os países africanos de Língua Portuguesa está, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, incluído o Brasil e outros países. Muitas dessas mulheres universitárias dos países africanos vêm com objetivo de formarem-se em um curso superior afim de se conseguir um diploma e assim regressarem aos seus países de origem, e que mesmo elas encarando uma experiência e realidade difícil de serem ao mesmo tempo mãe e estudante conseguem terminar as suas formações, tendo assim a necessidade de ter o apoio da instituição e do seu parceiro em que muitas das ocasiões também são estudantes da Universidade.

As mulheres universitárias mães no geral encaram diversas dificuldades em conciliarem a maternidade com os deveres acadêmicos, ainda mais fora do seu país de origem. Quanto as questões de apoio as estudantes grávidas dos países africanos têm buscado medidas que proteja as estudantes grávidas e mães adolescentes nas escolas, sendo que 30 países africanos, que fazem parte da União Africana (UA), têm leis, e políticas de estratégias que busca proteger os direitos de todas estudantes que se encontram em situação de gestação. Apesar de vermos ainda países da UA, que proíbem estudantes grávidas de frequentarem a escola (HRW, 2021).

No Brasil se institui a Lei nº 6.202, que entrou em vigor em 17 de abril de 1975, pelo Decreto de Lei nº 1.044/69, em que as estudantes mães têm direito do regime domiciliar, a partir do oitavo mês de gestação, que perdura por um período de três meses, e com uma prorrogação caso for necessário para se aplicar, e que a compensação das ausências em sala de aula se aplica em atividades/exercícios realizados em sua residência enquanto durar o período do regime especial, onde na qual o que vai determinar o início e o fim da vigência do regime especial, é o atestado médico ou a certidão de nascimento da criança apresentada pela



estudante no momento da solicitação, junto a direção de Ensino ou a coordenação do curso que a mesma se encontra (BRASIL, 1975).

E percebe-se de que o Brasil é um dos países que conseguiu regularizar a inserção das mulheres na educação quer seja no ensino secundário ou superior, em reverter o hiato no ensino acadêmico. O ensino superior é de extrema importância para o desempenho de várias mulheres, lhes dá a oportunidade de poderem ingressarem nas Universidades afim de concluírem a sua formação além de um contexto profissional, que acaba gerando um impacto social. Para Fortes (2013), compreende-se de que existe uma “valorização daqueles que têm escola, já que esse é um dos caminhos possíveis de mobilidade social ascendente” (FORTES, 2013, p. 85). Em que na qual transbordam mudanças sociais, quanto para si e para aqueles os rodeiam na sociedade. Embora o sexo feminino vem ocupando diversos espaços na sociedade, de diversos escalões. E que mesmo as mulheres vêm ganhando esses espaços ainda encontramos uma enorme desigualdade de gênero que precisa-se de ter um olhar mais positivo que possa superar essas questões, sobretudo quando olharmos a partir de uma classe social, sendo que as mulheres menos favorecidas são as de classes baixas na inserção ao ensino superior, como na inclusão social.

De acordo Figueiredo e Salles (2017), abordam de que quando uma mulher, estudante engravidada durante o processo acadêmico universitário, são geradas várias perspectivas de como prosseguir o ensino pela situação de gestada que se encontra naquele momento, acabam enfrentando vários desafios durante esse período universitário, onde na qual a gravidez acaba sendo umas das causas da evasão das mulheres mães graduandas. Muitas dessas mães graduandas abandonam os estudos por pensarem que podem adiar a sua formação para assim se dedicarem arduamente em prol da maternidade. E outras, procuram em conciliar as duas coisas ao mesmo tempo e acabam encarando diversos desafios, como já frisado acima, que os faz a desistirem dos estudos, assim sendo, por não ter ninguém que possa lhe dar apoio durante esse período maternal.

De acordo Louro (1997) e Del Priore (1995), abordaram de que o olhar que se tem sobre a mulher na contemporaneidade, relativamente diante as teorias e as práticas, as mesmas dizem respeito especificamente uma trajetória histórica, que veio sendo influenciada por diversos discursos na época, mas que repercuti até aos dias atuais. Em que na qual diante a essa perspectiva levantada, de que a mulher por longos anos, foi vista como o sexo mais frágil diante ao homem, sendo que o homem exercia um papel de dominador e aquele que tem o poder absoluto sobre as suas vontades, como se fosse o sexo masculino têm mas capacidade de discernimento. Onde na qual é perceptível de que o seu papel seria simplesmente em dedicar-se aos fazeres como dona de casa, e na função de reprodutora e no cuidado dos filhos, e assim sendo o impedimento do direito a educação, sendo que a educação é um direito a todo ser humano.

METODOLOGIA

Tendo em foco o problema da pesquisa, seguir-se-á uma abordagem qualitativa no intuito de desenvolver uma análise baseada nos relatos das estudantes negras, mãe aqui pesquisadas e o que se pretende alcançar com os objetivos (geral e específicos), onde faremos o uso da método qualitativo e estudo de caso. Gerhardt e Silveira (2009), afirmam que quando usado o método qualitativo este método: “Os pesquisadores buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito para dar solução a um problema, porém, não quantificam os valores, justamente pelo simples factos de os dados analisados serem de origem não métricas”. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 32). Para Lakatos e Marconi, (2003, p. 197) “entrevistador tem



liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal”.

A pesquisa bibliográfica, neste sentido, considera Gil (2002), como sendo aquela que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). A pesquisa documental, ainda segundo Gil (2002), “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. (Ibidem, 2002, p. 44). Por fim, a pesquisa de campo por sua vez, diz Gil (2002) que é caracterizada pela procura muito mais aprofundada das questões propostas. O autor ainda ressalta que “no estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes” (Ibidem, 2002, p. 53).

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 72) o pesquisador “permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. Dessa maneira, a escolha da entrevista semiestruturada se compreendeu de forma satisfatória, de forma que as entrevistadas pudessem sentir-se livres em suas respostas e opiniões. A análise dos dados obtidos será feita através da técnica de análise de conteúdo temática, que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 84) “a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência”. O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos.

Entendendo que Metodologia , são os caminhos (logia) na utilização dos diversos métodos apontados na pesquisa, dessa forma teremos como trato para alcançar os objetivos, sem que seja exatamente nessa ordem: 1) Levantamento bibliográfico de autores, sociólogos , psicólogos e assistentes sociais, que discutem acerca das categorias de análise previamente apontadas (maternidade, estudantes negras, ações afirmativas para mulheres estudantes, fatores de evasão de estudantes mães); 2) Estado da arte de teses e dissertações que discutam esses tema em Universidades públicas; 3) 9 encontros com mulheres mãe estudantes em Universidade Pública, previamente escolhida buscando-se algum critério ainda não definido ; 4) Análise das discussões levantadas no grupo a partir das perguntas previamente formuladas de forma a atingir o objetivo da pesquisa; 5) Fechamento do grupo focal, construindo junto com o grupo de mulheres, proposições. 6). Diálogo entre a abordagem teórica, e a pesquisa de campo com as pessoas que estejam envolvidas no problema, para fazer análise e a escrita do material.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, escolhemos metodologicamente “dar vozes” as mulheres-mães-estudantes de UNILAB para falarem de um fragmento da história de suas vidas estudantil nesse processo de maternagem e maternidade. Elas são co-autoras nesse processo de escrita pois transcrevo exatamente o que foi dito. Chamaremos de excerto, porque não usaremos todo o processo, todo o diálogo. As entrevistas até ao momento se deram por 9 mulheres mães estudantes africanas e brasileiras do campus do Mães-UNILAB Bahia, onde buscamos compreender através delas os sentimentos morais das mesmas, em que diante as nossas entrevistas eu também faço parte do mesmo grupo como mulheres mães e estudantes. Foi necessário ouvirmos os relatos e percursos de vida dessas mesmas mulheres que foram partes principais para o desenvolvimento da nossa pesquisa. E foi



relevante realizarmos a pesquisa de campo ainda mais sobre as mulheres mães estudantes das universidades públicas que acabam encarando diversas dificuldades nesse processo maternal.

CONCLUSÕES

Infiro que a participação da mulher no ensino acadêmico foi um dos grandes fatores que se estabeleceu para emancipação da mesma. Assim que a mulher conquistou o seu direito de estudar, e acabou deixando a condição que lhe foi colocada de excluída e inferiorizada na sociedade para uma figura de referência na educação, e que diante a esses ganhos por mulheres as lutas por igualdades e direitos não acabou, também aponto que nós mulheres, lutamos a cada dia que passa para que tenhamos os mesmos direitos na sociedade quer seja mulheres ou homens. No Brasil a Lei nº 6.202, que entrou em vigor em 17 de abril de 1975 adotou políticas de permanência de mães na educação, situação que ainda muitos governos africanos não se aplicam, onde vemos ainda países da UA, que proíbem estudantes grávidas de frequentarem a escola (HRW, 2021).

Mas para tanto, ao perguntar para estudantes-mães da UNILAB - mulheres estas que buscam sua autonomia e independência por meio da Educação- acerca de: O que é a maternidade para você?; Que é ser mãe universitária?; Você é mãe universitária desde quando?; Como você se sente ao ser mãe universitária na UNILAB?; Quais são os desafios que você enfrenta em casa para conciliar maternidade e a universidade?; Quais são os desafios que você enfrenta na universidade conciliar maternidade e a Universidade?; Os desafios que você mãe- universitária enfrenta em casa e na Universidade são os mesmos que o pai-universitário da(s) sua(s) criança(s) enfrenta ? Porquê?; Para você, qual é o olhar que a UNILAB tem para com as estudantes mães que estão inseridas nesta universidade?; Durante o processo da maternidade, você recebeu alguma ajuda de custo da UNILAB?; Como você vê que a UNILAB poderia contribuir com a permanência das mães Universitárias?; Como você acha que os pais-universitários poderiam contribuir com as mães -universitárias?; Você conhece o projeto “ Facul das Crias”, criado por professoras da UNILAB para acolhimento dos filhos/as de mães professoras e estudantes que estão inseridas na universidade?; Fale um pouco sobre o que acha da atuação deste projeto. Elas apontam fatores outros que não permitem essa ascensão, visto que as políticas de ação afirmativas, se é que posso assim chamar as normativas até então instituídas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Unilab pelo financiamento da pesquisa intitulada **DESAFIOS E VIVÊNCIAS COM A MATERNIDADE: Histórias de vida estudantil de mulheres negras na UNILAB-BAHIA** e executada entre 01/10/2022 e 30/09/2023, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti), da Unilab, e a minha querida Profa. Orientadora Eliane, que com ela aprendi muito e tenho aprendido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, Decreto-lei nº 1.044.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1975.



DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil** Colônia. 2 eds. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

FARO, Ailton. **Os desafios da Assistência Estudantil como política de inclusão**. 2008.

FIGUEIREDO, Natália Gomes Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. **Educação profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões**. 2017.

FORTES, Celeste. **"M t' studa p'm k ter vida k nha mãe tem": Gênero e Educação em Cabo Verde**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 49, N. 1, p. 80-89, jan/abr 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel, e SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 120 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas: São Paulo, 2002, 176 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**. 5. ed. Atlas: São Paulo, 2003 311 p.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós - estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. 2008.

SANTOS, B. A. **Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas**. 2011.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará**. Interfaces: Brasil/Canadá, v. 16, p. 256-293, 2016.